

NACIONAL

Economia Brasil

MERCADOS EM CRISE

Turbulência ainda não afeta lado real da economia

Instabilidade não é trivial, mas o risco de contágio da economia brasileira é considerado baixo

CRISTINA BORGES GUIMARÃES
SÃO PAULO

A turbulência dos mercados financeiros internacionais não deve afetar o lado real da economia brasileira, na avaliação de economistas. Ou seja, os especialistas ouvidos por este jornal acreditam que até agora não há motivos para preocupação quanto a pressões inflacionárias, mudança na trajetória de cortes na taxa básica de juros (Selic), impactos negativos na balança comercial ou mesmo comprometimento do nível de crescimento da economia brasileira neste ano.

Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), Waldir Gomes, a turbulência nos mercados financeiros é um problema pontual decorrente dos desdobramentos da crise com os ativos imobiliários de alto risco nos Estados Unidos.

"Existe uma diferença entre os especuladores e os investidores de longo prazo, para quem os problemas não vão além do setor imobiliário e não devem afetar o desempenho da economia norte-americana e conseqüentemente o cresci-

mento econômico mundial", afirma Gomes. Ele lembra que os indicadores econômicos mundiais são favoráveis e não deveriam gerar este "pânico" nos mercados.

BAIXO RISCO DE CONTÁGIO

O economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, afirma que a crise não é trivial, mas acredita que o risco de contágio da economia brasileira é muito reduzido. "Trata-se de uma crise global, mas originada nas economias centrais em um segmento de mercado que praticamente não existe no Brasil. A crise é um fator exógeno à economia brasileira, que conta com fundamentos que a tornam bem mais preparada para enfrentá-la que no passado. Os impactos estarão relacionados aos reflexos do desaquecimento da economia mundial, mas não acredito em uma recessão diante da já conhecida agilidade dos Bancos Centrais envolvidos", diz Castelo Branco.

De acordo com o analista da LCA Consultores, Francisco Pessoa, a chance de se observar um cenário adverso da economia mundial passou de 25% para 30% e, apesar disso, ainda prevalece uma perspectiva positiva com menor pressão sobre o câmbio e sem maiores estragos para a economia brasileira.

Para a economista-chefe da Mellon Global Investment, Solange Srouf, o ambiente é de grande desalavancagem, mas a tendência é de que a pressão altista no câmbio diminua (o dólar vem de uma sequência de alta desde a quinta-feira da semana passada, subindo 8,72%, de R\$ 1,927 para R\$ 2,095 ontem). "A volta ao patamar de R\$ 1,90 por dólar depende do andamento da política monetária no resto do mundo, principalmente nos Estados Unidos", diz Solange.

Ela alerta para o potencial de elevação da inflação brasileira que pode levar à interrupção dos cortes na taxa básica de juros, a Selic. No comércio exterior, Solange acredita que apenas se este cenário perdurar por mais de



Solange Srouf

um mês poderá afetar negativamente a balança comercial brasileira, refletindo uma desaceleração econômica mundial.

BALANÇA COMERCIAL

Já o vice-presidente do Corecon-SP, Waldir Gomes, aposta que o câmbio retomará o patamar de R\$ 1,90 por dólar antes do final do ano e que a valorização da moeda norte-americana observada há uma semana será um "desafogo" para o governo – afastando o Banco Central do mercado de câmbio – e pode até ser favorável ao

exportador que vinha enfrentando problemas com o real valorizado. "Mas este cenário não é duradouro", alerta Gomes, que considera pouco provável o surgimento de pressões inflacionárias, a interrupção da trajetória de queda da Selic e o comprometimento das expectativas de crescimento econômico brasileiro de 5% em 2007.

"As importações brasileiras estão concentradas em matérias-primas e não em bens de consumo finais, portanto a desvalorização do real não irá afetar o custo de vida das famílias brasileiras. Como não devem surgir pressões inflacionárias, o Banco Central, apesar de conservador, provavelmente continuará cortando a taxa básica de juros mesmo que seja numa velocidade mais lenta", explica Gomes.

Para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a alta do dólar não deve afetar as importações brasileiras neste ano. "Até os pedidos de compra para o Natal a esta altura já foram realizados. Além disso, um câmbio de R\$ 2,10 por dólar ainda é convidativo para o importador", afirma. Pelo lado das exportações, Castro lembra que as vendas de hoje serão embarcadas apenas em 2008, mas que, diferentemente dos manufaturados, as flutuações de preços das commodities podem afetar a receita do exportador e prejudicar o desempenho ainda em 2007.

"Por enquanto temos fatos, mas nenhum reflexo. Em média, em comércio exterior, um fato demora cerca de quatro meses para refletir nas exportações e importações. Talvez o superávit deste ano seja um pouco menor que o esperado, devido à queda nos preços de algumas commodities, como as metálicas", resume Castro.

Na mesma linha, o economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Fernando Ribeiro, espera que as importações brasileiras continuem fortes e que os reflexos sobre exportações apareçam apenas em 2008. "A desaceleração da economia mundial dependerá da profundidade da crise, podendo, no longo prazo, afetar o desempenho exportador brasileiro", afirma.

Ingo Plöger, presidente da IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional, também não acredita em mudança de desempenho da balança comercial brasileira em 2007. "O que pode mudar é o humor do exportador, em meio a um alívio momentâneo frente à valorização do dólar, mas o saldo comercial se dará em cima de um dólar entre R\$ 1,80 e R\$ 1,90, que já havia sido assimilado. Hoje o dólar se encontra no patamar que queríamos", diz Plöger.

Descartando a possibilidade de aparecimento de pressões inflacionárias, Plöger acredita na manutenção do curso de redução da Selic, que, segundo ele, fortaleceria o mercado de capitais brasileiro. "Quando o câmbio era de R\$ 2 por dólar o INPC girava em torno de 3,7% e 3,9%, apenas retornamos a este patamar e por isso não deve haver pressão inflacionária", destaca.

Segundo análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), quem sustentou que as posições em títulos brasileiros estavam imunes a desvalorizações motivadas por contágio da crise global cometeu um erro. "Reservas elevadas e posição externa credora do setor público não asseguram imunidade a possíveis contágios,



Ingo Plöger

dada a internacionalização produtiva e, sobretudo, a abertura dos mercados e agentes financeiros brasileiros. Asseguram, no entanto, outra coisa: não mais qualquer crise ou problema delimitado a nível internacional afetará dura e imediatamente a economia brasileira, como o fizeram as crises do México em 1995, da Ásia em 1997, Rússia em 1998 ou Argentina em 2001". (Leia mais sobre a crise na página B-1)